

RECENSÃO

No centenário da Guerra Anglo-Boer

Pedro Aires Oliveira

Fernando Costa, Portugal e a Guerra Anglo-Boer (1899-1902)

Lisboa: Cosmos, 1998, 328 pp.

No ano em que se assinala o centenário da Guerra Anglo-Boer, o livro de Fernando Costa (a adaptação da sua tese de mestrado, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa sob a orientação de José Medeiros Ferreira, também autor do prefácio) constitui uma óptima sugestão de leitura para o público interessado na história diplomática em geral e nas relações luso-britânicas em particular. Última grande epopeia colonial britânica, a Guerra Anglo-Boer revestiu-se de consequências que transcenderam o seu âmbito «regional» e afectaram o equilíbrio de poder na Europa na viragem do século XIX. Com efeito, se a liquidação da independência boer em 1902 garantiu à Grã-Bretanha a consolidação da sua preponderância na África Austral, por outro lado, tanto o apoio diplomático protagonizado por Guilherme II à República do Transvaal e ao Estado Livre de Orange, como o arranque do ambicioso programa naval alemão (1897) encarregar-se-iam de evidenciar a precariedade da política britânica de «esplêndido isolamento». Finda a guerra na África do Sul, a Grã-Bretanha tomou consciência de que muito dificilmente poderia acautelar os seus interesses vitais sem o apoio de terceiros – e daí a sua aliança defensiva no Pacífico com o Japão (1902) e a liquidação progressiva dos seus velhos contenciosos coloniais com a França e a Rússia. Em suma, a Guerra Anglo-Boer ajudou a cristalizar algumas das tendências que se vinham desenhando na cena diplomática europeia desde 1890, e em especial a percepção por parte das potências da futura Tríplice Entente (Grã-Bretanha, França, Rússia) de que a necessidade de «conter» a Alemanha era um objectivo susceptível de conduzir a um alinhamento das suas posições internacionais.

Para Portugal, uma pequena potência europeia com uma importante dimensão colonial africana, a Guerra Anglo-Boer foi vivida com particular intensidade. Enquanto esta se desenrolou, mas sobretudo na sua fase inicial, os Governos estiveram submetidos ao fogo cerrado das forças hostis ao regime monárquico-rotativo (republicanos, socialistas), as quais não pouparam críticas à «cumplicidade» de Lisboa no esmagamento dos boers. Mas se o conflito teve fortes incidências na luta política interna, não restam dúvidas de que a sua principal consequência para Portugal acabou por ser de ordem diplomática. No fundo, é a preparação do embate entre a Grã-Bretanha e as duas repúblicas mineiras que vai criar condições para um realinhamento da política externa portuguesa com as posições da velha aliada, enterrando de vez os mal-entendidos gerados pela crise de 1890-1891.

Em 1895, na sequência do fracasso do Raid Jameson, o Governo britânico adopta uma política cada vez mais hostil em relação às repúblicas afrikanders, encorajando os uitlanders (emigrantes ingleses no Transvaal) a reivindicarem o direito a uma participação política mais activa nos territórios em que se haviam fixado. Uma vez

cumprida essa aspiração, a incorporação das imensamente ricas regiões mineiras da África do Sul no Império britânico seria apenas uma questão de tempo. No entanto, para pôr termo à independência dos afrikanders Londres precisava de garantir a não-interferência da outra potência europeia com ambições na região: a Alemanha. Potência colonial insatisfeita – mas sem uma estratégia consistente para expandir a sua influência em África –, a Alemanha guilhermina acabará, algo ingenuamente, por morder o isco que Lord Salisbury lhe lança: a conclusão de um acordo com vista à partilha do império colonial português em «esferas de influência», caso Portugal se revelasse incapaz de pagar a factura de um empréstimo contraído em Londres ou Berlim. Todavia, as motivações subjacentes à proposta inglesa eram bem diferentes. Como observa Fernando Costa, «para os sectores africanistas, mais “liberais”, ligados a Lord Salisbury, a manutenção do império africano português era não só um factor de equilíbrio na região, mas também um importante ponto de apoio para um ataque militar ao Transvaal e para estrangular qualquer tipo de ajuda externa às suas repúblicas. Realidade vantajosa que desapareceria no contexto de uma maior presença alemã na região» (p. 280). Assim, uma vez assinado o convénio secreto anglo-germânico (1898), que dava aparente satisfação às reivindicações territoriais do Kaiser e assegurava a sua neutralidade no iminente conflito com os boers, a diplomacia britânica vai arranjar forma de orientar os pedidos de auxílio financeiro de Portugal para a praça de um país não signatário da convenção, nomeadamente a França. Seguidamente, o Governo de Salisbury concentrará os seus esforços na obtenção da «neutralidade activa» de Portugal, oferecendo-lhe, como contrapartida, a garantia da integridade das suas fronteiras coloniais. A célebre Declaração secreta de Windsor (Outubro de 1899), a confirmação dos velhos tratados de aliança (acrescida da promessa portuguesa de não permitir o trânsito de armas e munições destinadas à República Sul-Africana numa guerra entre esta e a Grã-Bretanha, e de se abster de uma declaração oficial de neutralidade num tal conflito), será pois o corolário de uma trama primorosamente architectada pelos responsáveis do Foreign Office. É certo que a precaridade da rede de comunicações de Moçambique se revelará depois impeditiva de uma colaboração mais eficaz entre os dois aliados, mas, a fazer fé em Fernando Costa, isso não esgota totalmente a questão: «[...] o facto de Portugal ser incapaz de estancar por completo o contrabando de guerra, ou de não possuir os recursos materiais e humanos para efectuar o rápido escoamento das forças de Lord Carrington para território rodesiano, não significa que o contributo português durante a guerra anglo-boer não tenha sido útil para a estratégia político-militar britânica no conflito. Na realidade, a fiscalização exercida pela alfândega de Lourenço Marques evitou, apesar de tudo, que os boers recebessem uma maior quantidade de mercadorias essenciais ao seu esforço de guerra.

O mesmo se pode dizer da passagem da Rhodesian Field Force por território moçambicano. Embora os múltiplos atrasos verificados na passagem por Moçambique não tenham permitido a sua participação na libertação da cidade de Mafeking, aquele corpo expedicionário acabou por ter um papel importante na contenção das forças boers junto à fronteira norte do Transvaal» (p. 282).

Mas o estudo de Fernando Costa vai mais além da narrativa dos aspectos político-diplomáticos, com isso superando o velho paradigma da história diplomática «pura e dura». Na esteira dos trabalhos de António José Telo (Lourenço Marques na Política Externa de Portugal, 1991) e Nuno Severiano Teixeira (O Ultimatum Inglês, 1990; O

Poder e a Guerra, 1996), o autor procura descortinar não só a conexão entre a condução dos negócios diplomáticos e a luta política interna, mas também os próprios mecanismos de formação da opinião pública, tendo para o efeito realizado uma pesquisa exaustiva na imprensa portuguesa da época (mais de duas dezenas de jornais e revistas, abarcando um amplo espectro político-ideológico). Da leitura dessas fontes, uma conclusão desde logo se impõe: por muito intensa que fosse a competição pelo monopólio do sentimento patriótico, é difícil detectar divergências de fundo entre os diversos partidos e correntes políticas no que toca à orientação internacional do país e à sua política de alianças.

Com a memória do Ultimatum de 1890 ainda bem gravada no imaginário nacional, os argumentos esgrimidos pelos principais actores políticos distinguem-se, sobretudo, pelo posicionamento que cada um deles adoptava em relação às vantagens e desvantagens de uma cooperação diplomática mais activa com a Grã-Bretanha. Mas mesmo os críticos mais intransigentes da «Pérfida Albion» tinham dificuldade em formular uma alternativa credível à aliança luso-britânica. Afinal de contas, o fracasso de Barros Gomes na busca de um apoio diplomático junto da Alemanha não revelara, de forma brutal, os perigos de uma acção internacional independente da «velha aliada»?

Quanto ao mais, as críticas endossadas aos Governos progressista e regenerador no contexto do conflito anglo-boer basearam-se, fundamentalmente, na «inépcia» e «incompetência» com que aqueles conduziam a política externa – e dos socialistas aos republicanos, dos católicos aos monárquicos legitimistas, ninguém ousará defender uma neutralidade favorável aos afrikanders, por muitas simpatias que sua causa inspirasse.

Um outro aspecto aliciante do estudo em apreço remete-nos para a análise dos debates parlamentares motivados pelas vicissitudes da neutralidade portuguesa entre 1899 e 1902. Um debate que tinha implícita uma questão política interessante: num regime liberal-parlamentar, como é que o poder executivo lograva conciliar os constrangimentos inerentes à condução da política externa (reserva, confidencialidade) com o escrutínio da opinião pública e dos representantes eleitos do povo? Ao longo de várias páginas (talvez as mais bem conseguidas de todo o livro), o autor mostra-nos como o instável equilíbrio entre estas duas realidades esteve bem patente nas discussões travadas nas duas câmaras, onde a dada altura se desenrolou uma autêntica «comédia de enganos» entre o Governo progressista de José Luciano de Castro e a oposição regeneradora em torno dos aspectos mais ambíguos da neutralidade portuguesa: os primeiros impedidos de divulgar publicamente o conteúdo da Declaração de Windsor e, por conseguinte, obrigados a uma gestão cuidadosa das informações que a oposição reclamava; os segundos divididos entre o «sentido de Estado» (também eles eram um «partido de poder») e a possibilidade de explorar ao máximo a situação deveras desconfortável dos seus adversários.

À vontade neste debate estava apenas o Partido Republicano Português, um partido marginal ao «sistema rotativo», que sob a batuta do seu principal tribuno, Afonso Costa, conseguiu organizar uma oposição eficaz ao Executivo progressista, fazendo coro com aqueles que denunciavam a cumplicidade portuguesa na agressão aos afrikanders e exigiam um maior distanciamento de Lisboa face à política «imperialista» da Grã-Bretanha.

Enfim, para quem deseje aprofundar este período da história diplomática portuguesa, o estudo de Fernando Costa desde já constitui uma obra de referência, preenchendo uma lacuna na bibliografia portuguesa sobre o assunto. Isto não significa, porém, que ele esteja isento de reparos ou críticas. A meu ver, alguns aspectos mereciam um tratamento

mais rigoroso da parte do autor. Refiro-me, concretamente, à forma algo esquemática e, por vezes, maniqueísta, como Fernando Costa traça o perfil de determinadas personagens: de um lado teríamos os anglófilos marquês de Soveral e D. Carlos I, os únicos capazes de articular o «interesse nacional» e as realidades diplomáticas do seu tempo numa perspectiva coerente; e, do outro, os famigerados políticos «rotativos» – José Luciano de Castro, Hintze Ribeiro, Veiga Beirão – insensíveis às subtilezas da política internacional e incapazes de fixar uma linha de rumo para a política externa portuguesa. É certo que esta dicotomia poderá até nem ser totalmente descabida, mas o leitor ganhará certamente em confrontá-la com outra perspectiva, nomeadamente a de Rui Ramos, nas páginas que este dedica à política externa da Monarquia Constitucional no sexto volume da História de Portugal dirigida por José Mattoso (A Segunda Fundação. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1994, pp. 135-153).